

Anais da Assembléia

CURITIBA, 2 e 3 DE DEZEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacfi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacfi — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terézinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lólio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 215ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 2 de Dezembro de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima e secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 1400 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Quielise Crisóstomo (32); achando-se ausentes os Senhores Deputados: David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — João Fadel — Leopoldo Jacomet e Olavo Ferreira (15).

Verificada a existência do número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

EMENDA

EMENDA
Ao Projeto de RESOLUÇÃO N.º 39/74

Art. 1.º. A Divisão de Material e Patrimônio do Departamento Administrativo, com a competência definida pelo Inciso IV, do Art. 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, fica desdobrada nas Divisões e atribuições seguintes:

PELA DIVISÃO DE COMPRAS

a) — Pela Seção de Cadastro de Fornecedores:

— Organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores com especificações por anos, endereços e operações já realizadas com a Secretaria, devendo:

- 1 — Processar informações cadastrais e expedir certificado de registro de fornecedores;
- 2 — manter atualizado o registro cadastral anotando alterações havidas, tais como, capacidade operativa, desempenho de contratos irregularidades eventualmente cometidas na sua execução etc.;
- 3 — classificar em categorias, conforme atividades para facilitar as licitações em geral, segundo a sua capacidade técnica e financeira, atribuindo-se-lhe em cada caso uma situação dentro de uma escala preestabelecida que permita o conhecimento de sua qualificação para determinada concorrência, tomada de preços ou convite.

b) — Pela Seção de Licitação:

— Efetuar procedimento administrativo obedecendo normas e legislação estabelecidos pelos Decretos-Lei n.º 200, de 27 de fevereiro de 1967 e Lei 5.456 de 20 de junho de 1968 e Decreto Legislativo n.º 250/70, efetuando:

- 1 — Procedimento formal vinculado às prescrições legais que regem em todos os seus atos e fases tais como: — publicidade dos atos de licitação, sigilo na apresentação das propostas, vinculação ao Edital etc., nos processos que tem objeto, obra, serviço, compra, alienação, locação ou concessão;
- 2 — Efetuar licitação nas modalidades de: concorrência, tomada de preços, convite, com base nos dados fornecidos pela Seção de Cadastro de Fornecedores;
- 3 — Fornecer os dados necessários e informações solicitadas pela Comissão de Tomada de Preços, assim como, à Seção de Cadastro de Fornecedores.

PELA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

c) — Pela Seção de Material de Consumo:

- 1 — Receber o material adquirido pela Divisão de Compras, conferindo-o com as respectivas notas de faturas;
- 2 — guardar e conservar em depósito o material recebido, registrando-o a fim de manter, através de fichas, controle de sua movimentação e consumo;
- 3 — fornecer às dependências da Secretaria da Assembléia o material que, através do Diretor Geral, for por ela requisitado;
- 4 — manter controle através de fichas de consumo de material nos diversos setores da Secretaria, providenciando para que os seus estoques mínimos sejam calculados na razão de 2 meses de consumo.

d) — Pela Seção de Controle de Material de Consumo:

- 1 — Centralizar o serviço de Controle de Material de Consumo da Secretaria, devendo:
- 1 — efetuar periodicamente o levantamento (conferência) do estoque de material de consumo existente, nas diversas dependências da Secretaria da Assembléia;
- 2 — com os dados fornecidos pelos serviços Autônomos, Divisões e Seções que mantêm estoques de material de consumo, — elaborar mensalmente o relatório detalhado com especificações do estoque anterior, consumo do mês valor do material e estoque atual;
- 3 — com os dados disponíveis elaborar anualmente ou quando solicitado pela Diretoria de Administração, relação de previsão para compra de material de consumo e fornecer à Comissão de Planejamento de Compras, os dados solicitados, assim como colaborar com a Comissão de Orçamento desta Casa.

PELA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

e) — Pela Seção de Cadastro Patrimonial ou (de Tombamento):

- 1 — organizar e manter atualizado o Cadastro de Material Permanente, dando-lhe baixa dos equipamentos máquinas e móveis inutilizados ou alienados;

- 2 — classificar os bens patrimoniais da Assembléia, mantendo fichário próprio em que se anotarão o respectivo destino e localização;
- 3 — efetuar periodicamente atualização dos valores do patrimônio, tanto imóveis como móveis, máquinas e equipamentos diversos;
- 4 — expedir e atualizar periodicamente ou quando necessário, os termos de responsabilidades dos materiais considerados permanentes, sob a responsabilidade dos setores diversos da Secretaria da Assembléia.

f) — Pela Seção de Conservação e Manutenção:

- 1 — zelar pela conservação dos móveis máquinas e equipamentos diversos da Assembléia providenciando o que, para este fim for necessário;
- 2 — promover as operações de manutenção, reparação e conserto que se fizerem necessários para o bom funcionamento dos equipamentos, máquinas e instalações da Assembléia; e
- 3 — prover à execução e fiscalização dos serviços de manutenção dos elevadores, sistema telefônico, e instalações elétricas da Assembléia.

Sala das Sessões em 02 de dezembro de 1974.

(a) Muggiati Filho
 (Ass. Ilegíveis)

JUSTIFICATIVA

Visa a presente emenda ao Projeto de Resolução, única e exclusivamente atendendo dinâmica da administração de materiais e obedecendo principalmente a sistemática de licitações que sofreu fundamental modificação no direito brasileiro, com o advento do Decreto Lei n.º 200, de 27 de fevereiro de 1967, que derogou os princípios obsoletos do velho Código de Contabilidade Pública da União e seus Regulamentos atualizar, agilizando e simplificando esses procedimentos de modo a atender às exigências do Serviço Público e às modernas técnicas administrativas — Lei n.º 5.456, de 20 de junho de 1968 — que determinou a aplicação dos preceitos das licitações federais dos Estados e Municípios e ter melhor controle de material adquirido pela Casa, para isso dar uma nova estrutura administrativa, transformando a Divisão de Material e Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se à **ORDEM DO DIA**, com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/74 de autoria do Dep. Iris Caldart, que cria a Divisão da Ata, Anais e Publicidade subordinada ao Departamento Legislativo e dá outras providências. Sem parecer EM REGIME DE URGÊNCIA. — Ao referido Projeto foi apresentada Emenda de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Em votação a Emenda. — Aprovada. Em votação o Projeto de Resolução. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 3, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 213/74.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 39/74 e 40/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/74.
 Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA
ATA DA 216ª SESSÃO ORDINÁRIA
Realizada em 2 de Dezembro de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Quielise Crisóstomo (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — João Fadel — Leopoldo Jacomet e Olavo Ferreira (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Santos Lima solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 134/74.

Requerimento

Senhor Presidente,
 Solicito na forma do artigo 77 do Regimento Interno, que a 1.a (primeira) hora da Sessão da próxima quarta-feira (dia 4 de dezembro do corrente) seja dedicada ao Dia da Justiça.
 Isto posto, peço seja o presente petição submetido à aprovação do Plenário.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1974.

(a) Luiz Roberto Soares

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 186/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Estação Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão", a estação ferroviária localizada no Km 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 1974.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente Projeto de Lei prestar justa homenagem póstuma ao ilustre homem público Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão, que foi um dos grandes incentivadores da construção da ferrovia Central do Paraná.

Natural da Paraíba, o engenheiro Rozaldo Gomes integrou-se ao nosso Estado tendo exercido diversas funções públicas na esfera Municipal, Estadual e Federal.

Merecem destaque, entre essas funções, as de Prefeito de Curitiba, Secretário da Fazenda, Interventor Federal Substituto do Paraná, Chefe da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e Presidente da Rede Ferroviária Federal S. A.

Entendemos que o "Curriculum Vitae" que anexamos complementa a presente justificativa.

PROJETO DE LEI N.º 187/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Maury Rodrigues da Cruz.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 1974.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICAÇÃO:

A personalidade ilustre do Dr. Maury Rodrigues da Cruz está plenamente caracterizada no seu substancioso "curriculum vitae", que acompanha o presente Projeto de Lei ora submetido à apreciação e deliberação da Casa.

Nascido na tradicional cidade de Castro, em nosso Estado, o Dr. Maury Rodrigues da Cruz, que é Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, e Professor Licenciado em Ciências Sociais diplomado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade, tem se destacado nos setores jurídico e educacional de nossa terra, merecendo da sua inteligência e cultura e dos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, particularmente de Curitiba.

Mas é no campo assistencial que o Dr. Maury tem demonstrado o seu profundo espírito humanitário, através da obra meritória e de grande alcance social que tem desenvolvido, e desenvolve em prol dos menos favorecidos pela sorte. A frente do Lar Escola "Dr. Leocádio José Corrêa" (creche), em nossa Capital, do qual é seu fundador, o nosso homenageado, numa afirmação do seu profundo sentimento de amor ao próximo, ali desenvolve atuação das mais profícuas, sem medir sacrifícios contribuindo de forma significativa para a prática da verdadeira e efetiva assistência social em nossa terra.

Por tudo isso, outorgar-lhe o título ora proposto é se lhe reconhecer os grandes méritos que possui.

PROJETO DE LEI N.º 189/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos servidores do Estado licenciados ou afastados sem vencimentos e os que deixarem de sofrer descontos em seus vencimentos, por qualquer motivo, inclusive os que pretenderem reassumir o cargo, mas que não tiverem cumprido o disposto no parágrafo 4.º, do art. 9.º, do Decreto n.º 12.491 de 5 de outubro de 1968, é permitido o pagamento das contribuições devidas ao I.P.E., em 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas, desde que o requeriram no prazo de 30 (trinta) dias a partir desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 1974.

(a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa remover as dificuldades impostas aos servidores do Estado, alcançados pelo disposto no parágrafo 4.º do art. 9.º, do Decreto n.º 12.491, de 5 de outubro de 1968, que estabelece: "Os contribuintes que deixarem de sofrer descontos em seus vencimentos por qualquer motivo, deverão recolher suas contribuições diretamente à Tesouraria do Instituto, aplicando-se o disposto no parágrafo 3.º, do art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, de 30 de março de 1964, caso não efetuarem o débito total acrescido da multa, no primeiro vencimento a receber".

Atualmente, é elevado o número de servidores alcançados pela sanção prevista no mencionado dispositivo.

Assim sendo nada mais justo, que se mitigue, por algum tempo, o rigor da legislação previdenciária do Estado, permitindo o recolhimento das contribuições em atraso devidas ao referido Instituto, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas desde que o requeriram no prazo hábil.

Dai o projeto que ora submetemos ao estudo esclarecido dos nobres Pares, certo de que, uma vez aprovado e sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, estará o servidor do Estado em melhores condições de saldar os débitos devidos ao I.P.E., e ao mesmo tempo possibilitando o retorno de muitos deles ao exercício de suas funções.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos apresentando, hoje, à consideração da Casa, Projeto de Lei que visa conceder Cidadania Honorária ao Sr. Oswaldo Nixdorf. (Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 188/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido ao Sr. Oswaldo Nixdorf, o título de "Cidadão Honorário do Paraná".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1974.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Justificar a cidadania que propomos é fácil basta somente falar da história da cidade de Rolândia, pois foi ele o seu fundador.

O cidadão brasileiro Oswald Nixdorf, nasceu aos 7 de junho de 1902 na cidade de Steitum, Alemanha, filho de Oswald e Henrique Nixdorf, ele engenheiro construtor de motores marítimos.

Viveu a infância e a mocidade em Bremen, cursando a Escola de Agronomia de Wittenhausen. De forte personalidade, com a inquietude de sua geração lançou-se à primeira aventura em terras estrangeiras: foi para Sumatra, nas Índias Holandesas, trabalhando em projetos agrícolas durante 10 anos.

Por ocasião da recessão mundial que marcava profundamente a economia alemã, regressou à sua Pátria. Encontrou ali o clima de preocupações criadas do desemprego existente, motivando por parte do governo alemão o desejo e a necessidade de serem promovidos projetos de colonização em outras terras.

Convocado então pelo Ministro da República Alemã, Erich Koch Wesser, que desejava utilizar a experiência de Oswald Nixdorf nas Índias Orientais, foi o mesmo enviado à nossa Pátria como observador, a fim de encontrar locais e condições propícias aos movimentos migratórios que se pretendiam.

Assim em abril de 1932 chegava ele em Londrina para manter contactos com a Paraná Plantations Ltd., que através de suas subsidiárias a Cia. de Terras Norte do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, iniciava um ambicioso plano de colonização agrícola.

Ao chegar em Londrina ali apenas existiam 3 casas e ele em sociedade com o Barão Von Drechenfeld, mandou construir uma casa de tábuas serradas à mão, a primeira casa de uso exclusivamente residencial construída nesta cidade, localizada onde se encontra atualmente o prédio do Banco de São Paulo S. A.

A floresta imensa, a maleita que era endêmica, intimidavam os mais fracos. Oswald Nixdorf com a energia e a predestinação que Deus concede aos fortes e àquelas que enxergam horizontes além do seu próprio dia, embrenhou-se na mata, abrindo picadas e à procura de um local que atendesse aos desejos da missão que lhe fora confiada.

Este local encontrou-o num espigão plano, localizado aproximadamente a 25 quilômetros de onde partira. Fez um laborioso relatório à Companhia de Estudos de Além Mar, na Alemanha, enviando pareceres e amostras do que havia observado.

Recebeu aprovação aos dados remetidos. Escolheu o local para o núcleo de colonização alemã, recordando a imagem e os feitos que haviam povoado e impregnado de sonho os seus dias de infância, traduzidos nas legendárias façanhas do herói medieval Roland símbolo da cidade de Bremen, resolveu denominar esta gleba de terras tão férteis e promissoras como Colônia Roland, posteriormente denominada cidade e Município de Rolândia.

Nestes dias, enquanto Nixdorf se encontrava no Norte do Paraná, a Paraná Plantation que estava com seus trilhos da estrada de ferro em Jataizinho, tinha dificuldades econômicas, reflexo da crise mundial, agravadas mais ainda pela falta de material ferroviário no mercado internacional.

Com o espírito de colaboração que sempre orientou sua vida, nosso homenageado procurou o General Asquith que superintendia todos os negócios da companhia inglesa e que se encontrava de passagem por Londrina e propôs um plano para solucionar os problemas existentes.

Em primeiro lugar sugeria a modificação do sistema de venda de terras que eram negociadas em áreas grandes para a venda em pequenos lotes de 5 ou 10 alqueires. Argumentava que desta maneira poderiam as mesmas ser adquiridas por colonos e pequenos proprietários dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, interessados em plantar café, cultura esta proibida por determinação governamental nos Estados em que viviam. A venda em grande número destes colonos, determinariam uma maior utilização dos trens da Companhia em cargas e passageiros.

Em segundo lugar, como o governo alemão não permitia a saída de dinheiro acompanhando os emigrantes, propunha-se a ir à Alemanha e conseguir de seu governo a autorização para um plano de compra de 2 milhões de marcos em trilhos, locomotivas e vagões com pagamento através do dinheiro referentes a compras de terra na Colônia Roland, pelos emigrantes alemães. Sendo aceito seu plano foi à Alemanha e em sucessivas demarches que usaram à prova sua habilidade e inteligência, conseguiu a aprovação do mesmo, permitindo que os trilhos da estrada de ferro chegassem até Arapongas.

Preocupado com a cultura dos que iriam povoar Rolândia, propôs à C.T. N.P. fosse criado um fundo no valor de 10% descontado das prestações das terras vendidas a fim de serem criadas e mantidas escolas.

Dedicou-se à agricultura em área adquirida, oferecendo-a ao Governo do Estado do Paraná para estabelecer nela através de convênio, um posto de monta e revenda de reprodutores e um campo experimental de sementes, o que foi nela durante muitos anos realizado.

Por ocasião dos festejos do Centenário do Paraná, procurou o Governador Bento Munhoz da Rocha solicitando autorização para construir um monumento em homenagem à Fundação de Rolândia pela Colônia Alemã. Inicialmente desejava coletar fundos para construir um Obelisco, posteriormente julgou melhor conseguir para Rolândia uma cópia fiel da estátua de Roland existente em Bremen.

As suas próprias expensas dirigiu-se para lá, proferiu palestras na televisão alemã falando e projetando slides sobre nosso Estado, nossa gente e sobre Rolândia, finalmente fazendo um apelo ao povo alemão para a doação de uma cópia da estátua. A força de sua argumentação, o calor com que expôs seu pedido, sensibilizou a comunidade que realizou uma campanha pública para auxiliá-lo.

Em 30 de novembro de 1957 chega a Rolândia o Senador Heinkenn, acompanhado de comitiva e com montadores vindos da Alemanha, para instalar em praça pública, em nome do povo de Bremen, como presente ao Município, uma estátua com 14 toneladas de pedra, cópia fiel da existente.

Sempre participou das atividades comunitárias, da defesa e divulgação dos problemas agrícolas. Fundou juntamente com seus filhos Klauss e Harm, um complexo industrial a Ricasa, empreendimento de projeção nacional.

Os atos e obras de Oswald Nixdorf estão definitivamente incluídos na História e sua imponente figura humana, continua a transmitir aos que com ele convivem nos seus 73 anos de idade, a imagem de efusante entusiasmo e otimismo, consciente das responsabilidades para com o momento atual.

A este homem invulgar que muito fez por nosso Estado, com atos que inspiraram o presente Projeto de Lei, o qual segundo esperamos merecerá a aprovação das Comissões e da Casa".

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Carlos Zanlorenzi, digníssimo Prefeito Municipal de Campo Largo.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à Tribuna hoje, não com o desejo — porque certamente não ocorrerá que o que se fala neste instante saia das fronteiras restritas deste edifício — mas simplesmente para que fique registrado nos Anais desta Casa a fim de que mais tarde haja subsídios necessários e suficientes para se escrever a História do Legislativo Paranaense e o modo como se processam eleições em nosso Estado.

Não desejava tocar no assunto, mas no "O Estado do Paraná" de sábado, o Sr. Coordenador da programação eleitoral da ARENA na televisão, disse, por outras palavras que só não utilizou do programa da TV aquele que não quis.

Eu não sei o que ocorreu com os outros, comigo foi diferente, eu quis, lutei, insisti, não me deram.

Enquanto o partido da Oposição soube se aproveitar da técnica moderna da comunicação de massa, trazendo à televisão aqueles candidatos que iam ser votados e que tinham condições de se apresentar na televisão, o que fez a ARENA. A ARENA trazia um ou outro e na maioria enchia o programa com vereadores do Interior, com prefeitos do Interior, com amigos de candidatos e nunca com candidatos que tinham condições de representar o povo, nunca com candidatos que tinham condições de se apresentar na televisão e dirigir sua mensagem ao povo do Paraná.

E uma coisa interessante, além da maioria dos candidatos não se apresentarem nos programas de televisão, e a ARENA tomar quase todo o tempo disponível aqueles que não eram sequer candidatos a nenhum cargo eletivo, quando um ou outro candidato aparecia na televisão, tinha apenas dois a três minutos para se apresentar.

Em 1968 o então Governador me pediu que viesse à televisão como vim, para fazer a campanha dos vereadores da Capital. Em 1970 a pedido do próprio Governador e da Direção da ARENA, compareci também em todos os programas de televisão, fazendo campanha em favor da ARENA. E hoje, nesta eleição de 74 eu viajei, telefonei, insisti, falei com tantas e tantas pessoas e não me deram sequer um minuto à noite. Deram-me apenas um programa das 13 horas. E para fazer este programa das 13 horas, eu viajei três vezes. A primeira vez, não me deram, transferiram. A segunda vez depois de ter anunciado em várias cidades que eu falaria às 13 horas do dia 1.º de novembro, era um dia santo, aqui chegando, tinham transferido novamente para que eu me apresentasse no outro dia sem audiência.

Este é o relato que aqui deixo registrado para que fique consignado como subsídio futuro à História do Legislativo Paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pedi a palavra apenas para encaminhar à consideração da Casa um Requerimento que passarei a ler.

Mas antes disso gostaria de dar o meu apoio moral ao nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, não fazendo idênticas queixas porque não adianta depois de uma derrota eleitoral se procurar o bode expiatório. Mas apenas lamentando que o povo do Paraná e esta Casa se privem de uma personalidade como Antônio Lopes Júnior, que marcou a sua atuação neste Legislativo por uma postura sem igual, por uma conduta moral que deveria engrandecer o povo do Paraná em ter um representante no nível de Antônio Lopes Júnior. Realmente, não é Poder Legislativo mas é o povo do Paraná sem embargo, na escolha que fez de outros Deputados, que creio também serem cidadãos que honraram o seu mandato, mas perde muito o povo do Paraná em não ter reconhecido como seu representante esta grande figura humana que é Antônio Lopes Júnior. Sua conduta nesta Casa engrandeceu não só sua representação, mas o próprio Legislativo.

Lamento que a Direção da ARENA tenha usado de um facciosismo e de uma parcialidade com relação a este grande Deputado que foi Secretário do Partido e que muito enobrecera a Aliança Renovadora Nacional.

Lamento que isto tenha acontecido e não vou me deter na análise do pleito porque tantos foram os erros cometidos que apontá-los neste oportunidade seria dar vazio a um sentimento de despeito ou de frustração e felizmente não estou possuído de sentimentos desta natureza.

Lamento que se tenha feito isto, não só com Antônio Lopes Júnior, como também com Arthur de Souza, Emílio Carazzzi e tantas outras figuras que engrandeceram este Legislativo através de décadas e que não podiam ter sido tratados desta maneira pela Direção do Partido.

Temos conhecimento de que determinado Deputado recusou o apoio ao Município, dizendo que tinha votos demais e o Governo insistiu em dar-lhe um Município de lambuja. Poderia ter dado este Município a Antônio Lopes Júnior, que é um soldado do Partido, um homem que apoiou intransigentemente o Governo em suas grandes realizações porque o Governo da ARENA teve realizações importantes em todos os setores da atividade humana.

O Governo do Paraná é um Governo da Revolução. Os quatro governos da Revolução sempre governaram com as vistas voltadas para os interesses da coletividade.

Infelizmente o povo não compreendeu a política econômica do Governo. Assim, num momento da mais pura manifestação democrática, resolveu dizer um "não" ao Governo e aos candidatos da Aliança Renovadora Nacional.

Não se pode, numa simples análise, chegar à raiz do que aconteceu nestas eleições.

Li ontem a entrevista do Presidente do Partido e depois disto dou um conselho ao Senador Accioly Filho: renuncie, por favor, à Presidência do Partido. A análise que fez ontem do resultado das eleições, foi de envergonhar. Um Senador que se diz culto que se diz professor universitário, fazer uma análise ridícula como fez do resultado das eleições! Como Presidente do Partido só depois analisou os erros do Partido. Porque não tomou providências antes para não acontecer o que aconteceu? Depois do resultado é fácil jogar a culpa neste ou naquele setor, nesta ou naquela pessoa.

Desculpe-me o prezado Secretário Geral do Partido, Deputado Borsari Neto, mas a Comissão Executiva da ARENA deve, num grande gesto, renunciar coletivamente para que se processe uma renovação nos quadros partidários, para que a ARENA tenha participação mais ativa no Governo.

O Presidente do Partido não pode cingir-se a convocar ou desconvocar reuniões. Não pode estar resolvendo problemas secundários de comandos

políticos. Deve participar ativamente da administração do Governo. Como o Presidente da ARENA municipal. Deputado Federal Hermes Macedo, não pode governar o partido lá de Brasília ou de uma das suas 38 filiais de suas lojas comerciais.

Devem estar na Direção do Partido homens que tenham raízes populares, que participem do dia a dia da administração, que estejam identificados com o povo e sentindo seus problemas.

Não se pode culpar o povo pelo resultado das eleições. Este se manifestou na mais pura vocação democrática, dizendo "não" a determinados comandos de alguns setores do Governo. Se o Partido fosse realmente consultado quando se debatiam grandes modificações na administração do Estado, o povo sentiria que o Partido era, realmente, atuante, que representava, na sua essência, o povo do Paraná.

Vejam, por exemplo, esta Casa votou uma Mensagem do ex-governador Haroldo Leon Peres criando um Fundo de Assistência aos Municípios que não sei bem o nome, para substituir o DATM, uma Fundação de Assistência aos Municípios. A mensagem chegou a esta Casa, era uma vergonha, pois tinha apenas um Presidente e um Tesoureiro, para dirigir a referida Fundação não tinha Conselho Fiscal. Portanto, como Fundação não tinha necessidade de submeter seus balanços ao Tribunal de Contas, nem ao crivo da Assembleia Legislativa. Então, era a manipulação dos dinheiros públicos sem controle. Alertei esta Casa, disse que isso era transferir atribuições inerentes ao Poder Legislativo, o Deputado estava aqui por tempo certo, para um mandato de quatro anos não cabia, não cabe ainda e não caberá aos futuros Deputados a transferência de poderes, poderes que são do povo e só podem ser manobrados através de seus legítimos representantes os Deputados com assento nesta Casa.

No entanto, a Mensagem foi aprovada mas graças a interferência do Sr. Deputado Paulo Poli, amigo pessoal do Governador de então, veio um Substitutivo criando um Conselho Fiscal para que houvesse uma fiscalização dos dinheiros daquela Fundação. Foi o que se conseguiu naquela oportunidade.

Depois veio outra Mensagem a esta Casa transformando o antigo DGTC em Fundação de Geografia Terras e Colonização para venderem as terras do Estado, para manobrar com o imenso patrimônio do Estado sem nenhum controle do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas. Alertei a opinião pública fui interpelado por um Coronel que veio a esta Casa dizer que eu estava criando obstáculos para a administração do Estado. Eu disse a S. Exa. que estava apenas defendendo as prerrogativas do povo paranaense. Criou-se, então, a Fundação de Geografia Terras e Colonização que, hoje, vende e compra sem dar nenhuma satisfação da aplicação de seus dinheiros ao Poder Legislativo, nem ao Tribunal de Contas.

Assim, sucessivamente, diversos erros que a Direção partidária deveria interferir? Tinha obrigação mesmo de reunir a Bancada, de discutir detalhes das Mensagens Governamentais, discutir com o próprio Governador do Estado e com o Secretariado, em nome do povo e modificar aquilo que viesse contrariar os interesses do povo. Mas, nada fez a Direção partidária. Por isso deve-se demitir coletivamente para o bem do Partido.

O povo não disse não apenas ao Deputado postulante a eleição ou reeleição, disse não à Direção Partidária da ARENA em todo o País.

Então, tem que haver uma reformulação na Direção Partidária. Não adianta dizer que deu, ou não deu horário na televisão. A má atuação da Direção Partidária merece um estudo mais aprofundado, um estudo muito mais profundo.

Vejam os Srs. o que fez o Prefeito de Curitiba, um excelente Prefeito, um moço evoluído, um homem que transformou a vida da cidade. Mas tem dois apêndices na Prefeitura e que se chamam URBS e IPPUC, essa gente não tem o mínimo de sensibilidade humana, não tem o mínimo de sensibilidade política. Então, o que faz hoje a URBS é um verdadeiro leilão de contrato de obras. Diz, este vai para tal firma, este para outra, e assim por diante sem concorrência pública, sem mais nada.

Então, essa gente que mora na Vila Pinto, vai lá um fiscal da URBS e diz, nessa vila em que vivem só aposentados ferroviários, cujos salários não ultrapassam os 500 cruzeiros mensais, que vão lançar as taxas de pavimentação. Lançam o plano de pavimentação as máquinas abrem as ruas lançam as tábuas e chega o fiscal da URBS e diz que aquela cidadão que ganha 500 cruzeiros mensais vai ter que pagar 800 cruzeiros de taxa de pavimentação. O morador da Vila diz que não pode pagar e a resposta do funcionário da URBS é "venda a casa e vá morar no bairro". A Prefeitura recebe 100 bilhões de cruzeiros do BNH para construir vias de acesso à cidade, para construir, pavimentar as vias de acesso aos conjuntos habitacionais prazo de pagamento 18 anos, com 3 de carência juros de 6% ao ano, mais correção monetária. Isso soma 24% ao ano, ou seja, 2% ao mês. A Prefeitura pavimenta as vias rápidas ou vias expressas. Arranca o asfalto que já existia e coloca outro, com mais base para suportar o tráfego pesado, sem levar em consideração a taxa de pavimentação que já havia sido paga. Lança mais outra taxa, ele que tem 18 anos para pagar, lança em 44 meses, prazo de 4 nos, com juros de 4,25% mês. Vem quem contestar!

Paga a Prefeitura juros de 2% ao mês e cobra 4% ao mês. Então a URBS se transformou em simples bazar de compra e venda. As finalidades para as quais foi criado, não foram essas. Foram para dar uma infra-estrutura administrativa para resolver os grandes problemas da cidade, como saneamento, pavimentar, água e esgoto, a SANEPAR cobra 70% menos que a URBS para executar esses serviços. E onde está o Presidente do Partido Deputado Hermes Macedo? Está cuidando de suas lojas. Não deveria convocar o Prefeito de Curitiba para debater esse assunto, dentro da sede do Partido? Teria que vir ao encontro do povo e não "de" encontro aos interesses da população.

Aí o povo, na sua manifestação mais pura, deu o troco ao Governo. à ARENA. Vamos ver se o Governo cria vergonha agora, e enxota os técnicos para recolher homens sensíveis aos problemas da administração. O sacrifício de determinados homens de valor, de grande valor nesta Casa, talvez seja em favor de dias melhores para o povo do Paraná. É isso que espero, e que o povo colha os ensinamentos das urnas. Que o Governo antes de mandar uma Mensagem a esta Casa, se valendo de uma maioria silenciosa, examine as Mensagens em todas as suas implicações. Que o Governo deixe de usar o prazo de 45 dias. Nesta Casa não estão moleques e irresponsáveis. Para que usar dessa norma intimidativa dos 45 dias? Manda uma Mensagem, se não for aprovada em 45 dias, já é lei. Que o Governo não se valha nunca dessa maioria silenciosa. Graças a Deus haverá equilíbrio na representação do povo nesta Casa. Vai acabar com o senta e levanta, graças a Deus. O povo deverá ser ouvido, as decisões do Governo não podem ser unilaterais. O povo tem que ser consultado. Porque a suprema lei é a do povo, porque é o povo que paga impostos, que sustenta os Deputados que aqui estão sentados, é o povo que sustenta o Governo.

Vejam o que se fez na Avenida República Argentina. A estrutura do poder público é o comércio, mas ele foi liquidado em nome da técnica. Não adianta apenas este Deputado, e mais alguns Deputados e Vereadores e o próprio comércio local gritar. Não há acesso para caminhões na Avenida República Argentina. Como é que aquelas casas comerciais vão ser abastecidas,

se os caminhões não podem chegar frente a elas? Há uma firma lá na Avenida República Argentina, Brunetti e Cia. que vendia 800 a 900 mil cruzeiros por mês, de material de construção. Depois que os técnicos do IPPUC resolveram liquidar com a Avenida, a firma passou a vender 50 a 60 mil por mês. Esse homem está desesperado. Esse homem vota no Governo? Olha aqui que vota! Votou no MDB e votou muito bem. Esperamos que o MDB saiba compreender o papel histórico de hoje; esperamos que a sua liderança venha, realmente, corresponder os anseios populares.

Não leve nenhuma frustração, não leve nenhuma mágoa desta Casa. Deixo meus agradecimentos a este generoso povo de Curitiba que, por vinte anos, me fez seu representante. Só tenho a agradecer a este povo. Não leve nenhuma frustração e nenhuma mágoa, como já disse, e espero que os homens da Comissão Executiva da Arena se demitam para o bem do Partido. Espero que o futuro Governador, Jayme Canet, escolha seus auxiliares dentre os homens do povo, homens honestos, homens que tenham sensibilidade humana. Chega de técnico, pelo amor de Deus.

Portanto, nobre Deputado Antônio Lopes Júnior V. Exa., sai engrandecido dessa pugna eleitoral. Não teria adiantado uma hora de televisão a mais por dia porque V. Exa. não poderia criticar o AI-5 e nem a política econômica do Governo porque isso foi vedado aos homens da Arena. V. Exa., só poderia dizer que está sendo feito uma Refinaria de Petróleo em Araucária, que está sendo construída a Transamazônica a custa do sacrifício de uma geração. Foi bom V. Exa. não ter tido mais tempo para falar na televisão porque aí então teria menos votos ainda. V. Exa. sai engrandecido dessa pugna eleitoral porque foi um Deputado que sempre engrandeceu e honrou esta Casa. A sua conduta moral só pode orgulhar a V. Exa. e a sua família. O povo é sábio em suas decisões e é muito difícil que o povo erre. E não errou quando disse "não" a desastrosa política do Governo.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, a paciência que teve comigo e vou passar a ler o meu Requerimento: — (Lê):

"Senhor Presidente.

Como representante desta Casa, tivemos a honra de compor a Comissão designada pelo Decreto n.º 240/64 do Prefeito Municipal de Curitiba, incumbida de analisar a segurança contra incêndios nas edificações urbanas da Capital.

Em 15 de julho último, dando os trabalhos por encerrados, o colegiado dissolveu-se, encaminhando relatório e recomendações ao Prefeito Jayme Lerner.

Entre as providências a curto prazo, recomendou-se ao Chefe do Executivo Municipal a atualização permanente das normas de prevenção de incêndio. E, mais, a lavratura de convênios com o Corpo de Bombeiros, para dotá-lo, através de dotações orçamentárias ou da criação de taxa específica, dos recursos materiais necessários para que desempenhe melhor suas atribuições de prevenção e combate de incêndios.

Decorridos quase meio ano da entrega do relatório, omite-se até hoje a Prefeitura de Curitiba em adotar as providências recomendadas, ou quaisquer outras visando a repetição, aqui, das grandes tragédias como as dos edifícios Andraus e Joelma em São Paulo. Estando por expirar nosso mandato, e visando bem cumprir a delegação atribuída por esta Assembleia formulamos o mais veemente protesto pela indiferença com que o Executivo Municipal trata o gravíssimo problema, consignando, aqui, severa advertência: se alguma tragédia ocorrer em Curitiba, pesará a consciência dos administradores da cidade, e deles será cobrada, com justiça, criminoso e inexplicável omissão.

Isto exposto, o Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições previstas em Regimento Interno, REQUER. ouvida a Casa, encaminha expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, através da Primeira Secretaria, e com cópia à egrégia Câmara Municipal, manifestando a urgência com que esta Casa exige providências para a prevenção de incêndios em Curitiba e para a melhor equipagem do Corpo de Bombeiros, através de recursos municipais.

Sala das Sessões. 2 de dezembro de 1974".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A democracia outorgou-nos esta Tribuna, e a democracia nos pediu que a deixássemos.

Livremente, uma parcela dos paranaenses nos conferiu o poder de representá-la, de falar por ela, de reivindicar por ela e de exercer, em seu nome, o mandato.

Fomos convocados pelos dirigentes do nosso Partido para outra missão: como soldado fiel e disciplinado, e com satisfação aceitamos a luta para a suplência do Senador, ao lado do Deputado João Mansur. A suplência não significou para nós, um lazer, constituiu-se num grande esforço, para levarmos, aos brasileiros do Paraná, a mensagem que a consciência nos ditava como a mais racional. Temos a mais arraigada convicção de que cada época possui a sua filosofia política e um comportamento pragmático próprio; caracterizou-se a era presente no plano internacional, por crises, em vários campos da atuação.

No plano nacional vivemos sob a égide da Revolução de Março de 1964 este movimento popular militar, que conquistou vitórias brilhantes no campo da paz interna, e de realizações notáveis no setor de desenvolvimento, no crescimento de nossa produção e na afirmação do País perante o mundo. Ao lado destas conquistas que pregamos, no sentido de conscientizar o eleitor — ocorreu a verdadeira afirmação do que pregamos, a manifestação do pleno exercício da democracia, esse clima de eleições livres, o que constitui o fortalecimento do regime pois algumas nações, nesta fase da crise mundial, não usariam consultar a opinião pública. O Brasil propiciou um clima de total liberdade do mais democrático e espontâneo procedimento e, sobreveio o resultado de 15 de Novembro, quando o povo transferiu parte do seu apoio às hostes oposicionistas. Muitos buscam a causa deste procedimento em fatores os mais adversos, alguns, procuram encontrar erros e falhas nas instituições, outros, tentam encontrar explicações na franca atuação dos partidos ou, ainda buscam na história que tem seus ciclos também na política.

Neste particular, permita-se o Deputado Erondy Silvério, V. Exa. que sempre foi um brilhante parlamentar nesta Casa de Leis e que, por certo, foi também um brilhante Vice-Presidente do nosso Partido aqui em Curitiba e nem por isso o trabalho de V. Exa. foi suficiente para impedir que também em Curitiba as urnas fossem adversas ao nosso Partido...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu entendi nas entrelinhas, o que V. Exa. quis dizer.

Muito obrigado pelo BRILHANTE PARLAMENTAR, muito obrigado pelas referências elogiosas, mas, não aceito o que V. Exa. quis dizer nas entrelinhas porque Vice-Presidente é Regra 3, e V. Exa. conhece a validade pessoal do Deputado Hermes Macedo; o homem é absorvente, jamais permitiu que se debatessem aspectos da administração nacional, jamais convocou uma ses-

são do Diretório. Pergunte pessoalmente a Sua Excelência o Deputado Hermes Macedo, se eu não facilitei no caso da República Argentina, no caso dos tátis "piranhas", quantas e quantas vezes busquei, na Direção do Diretório Nacional, soluções para problemas que afligiam a população curitibana.

Vice-Presidente é Regra 3 e V. Exa. sabe disso.

O SR. BORSARI NETTO — Nobre Deputado Erondy Silvério, não houve entrelinhas.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas quero me situar.

O SR. BORSARI NETTO — Entendemos que V. Exa. tem sido um parlamentar brilhante e por certo também no Executivo Municipal o tem sido, e a sugestão que V. Exa. apresentou — e eu não falo aqui pelo Executivo do meu Partido, mas como Secretário eu procurei desempenhar minhas funções da melhor maneira, de acordo com os meios que me foram colocados à minha disposição, e entendo que não seja a melhor solução abandonarmos um barco, quando o mesmo se apresenta com dificuldades.

(Lênde): — "Cremos que o sociólogo Scheler através da sua teoria de "Democracia das Emoções" daria a melhor das explicações, mas o certo é que a ARENA com teses auferidas da conjuntura mundial envidou esforços para explicar a alta do custo de vida que atingiu as populações do Globo.

Demostremos sobejamente que constituímos uma Nação que cresce, que avança e que se desenvolve. Os dados e os números frios as estatísticas reais, as provas palpáveis a ampliação de oportunidades, através de escolas e novos empregos, esborçoaram-se diante de outros argumentos. As urnas nos foram adversas, ao eminente homem público Deputado João Mansur e a nós como suplente para o Senado. Levamos a todos os lares a mensagem da Revolução. Argumentamos com realizações. Procuramos defender com respeito com altivez e com dignidade os nossos postulados.

Não usamos a arma da ofensa pessoal.

A livre manifestação das urnas escolheu o nosso opositor para o Senado. Não houve competição pessoal, mas o exercício livre de uma democracia. Para nós da ARENA a hora é de reflexão.

Para os políticos, e aproveitamos para cumprimentar a todos que foram eleitos entendemos vislumbrar apenas o caminho do diálogo, sem ódios, e sem rancores para verem facilitada a difícil mas nobilitante tarefa, de continuar colaborando para a grandeza do Brasil.

Sr. Presidente Srs. Deputados.

A convocação para a missão que nos foi confiada de lutar ao lado do Deputado João Mansur, trouxe-nos muitas alegrias e muitas lições.

Tivemos a satisfação de acompanhar essa figura a quem o Paraná tanto deve. Jamais em sua trajetória de candidato deixou de ser o amigo, o otimista, tanto ao futuro, o homem do diálogo. Soube ser grande quando atacado. Soube ser nobre quando as urnas foram adversas. Aprendemos lições com homens da situação, que nos animaram, auxiliaram com conselhos, com ensinamentos e vontade de ver o Paraná e o Brasil continuar na senda do progresso. Conhecemos melhor os homens políticos.

Por tudo isso, confessamos-nos satisfeitos, não que pelo que não conseguimos mas pelo que aprendemos sobre o Paraná e sua gente. Despedimo-nos desta Tribuna. Procuramos nos servir dela para trabalhar e lutar pelo Paraná. Servimo-nos dela para ser o estuário das aspirações de uma parcela da gente paranaense. Procuramos não decepcionar os que nos escolheram para seu representante.

Assim acreditando, aproveitamos este final de período legislativo ordinário para nos despedirmos desta Tribuna e dos companheiros.

Não nos esqueceremos dos colegas com que somente aprendemos lições de dedicação à causa pública, dos homens de Imprensa, dos funcionários desta Casa com quem convivemos e de que somente recebemos atenções e amizade.

A nossa despedida da Assembleia não significa descanso ou abandono da vida pública. Continuaremos com o desejo de servir o próximo, pois assim entendemos a vida pública.

Onde estivermos, na atividade particular, na Universidade, no recesso do lar, continuaremos procurando servir o Paraná e a nossa Pátria.

Agradecemos aos amigos e colegas das duas Bancadas e a todos que com sua experiência e vivência nos ensinaram a melhor estimar a terra dos pinheirais e a gente que nela vive.

Estamos, dentro de nossa modestia e limitações, dispostos a emprestar nossa colaboração em qualquer campo de luta para um Paraná cada vez maior e para o contínuo desenvolvimento do País".

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Borsari Netto, não tive a oportunidade de ouvir a totalidade de seu pronunciamento. Entretanto, ao final dele, quero congratulá-lo com V. Exa., política e pessoalmente. V. Exa. disse com muita propriedade que aprendeu lições nesta campanha. Devo dizer a V. Exa., com humildade que todos nós do MDB também aprendemos grandes e muitas lições nesta campanha. Cabe a todos nós, de ambos os Partidos, refletirmos sobre estas lições. Fomos todos nós frutos de circunstâncias e, devemos confessar, de circunstâncias que nós, de ambos os Partidos, não tivemos a sensibilidade de pressentir em sua totalidade. Uns mais, outros menos, mas de um modo geral fomos todos colhidos pelo vendaval que assolou nosso Estado. Acredito mesmo, que se nos oferece uma nova oportunidade de reflexão, com sérias responsabilidades sobre os que fazem política em nosso País. Aquela que se convencionou chamar de classe política, tem a responsabilidade de estar à altura do momento e o momento é dos mais sérios. Devemos todos nós preparar para estar à altura desta responsabilidade. Uma das amizades talvez mais caras que contrai na passagem por esta Assembleia, é por um candidato derrotado da ARENA, que é o Deputado João Mansur. Esta amizade pessoal guardo com honra para mim e da mesma forma com relação a V. Exa. Não desejo prolongar o aparte porque acho que é cedo para tirarmos conclusões dos resultados das eleições, que nos assusta pela responsabilidade que faz cair sobre nossos ombros. Fomos frutos das circunstâncias e queira Deus estejamos à altura.

O SR. BORSARI NETTO — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio da colorido a este modesto pronunciamento, mas esteja certo V. Exa. de que os sentimentos que externou são recíprocos.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Para quem percorreu a Região Sudoeste do Paraná e uma parte da Região Oeste com V. Exa. e com nosso candidato João Mansur, o resultado das eleições absolutamente não significa para os companheiros da jornada que V. Exa. enveredou ao lado do nome honrado de João Mansur, nenhum motivo para que a admiração, o apreço e a estima que sempre tive por V. Exa. aumentou ainda mais. Porque assisti as dezenas de pronunciamentos feitos por V. Exa. e pelo nosso Presidente João Mansur nas visitas que fizemos juntos às comunidades daquela Região. E senti crescer minha admiração por V. Exa. quando verifiquei, nos diversos Municípios que visitávamos, quão quando traziam notícias de que algum candidato mais afoito atacava a personalidade do nosso Candidato ao Senado, nunca a serenidade de V. Exa. do nosso Presidente João Mansur foi abalada, sempre Vs. Exas. tinham a mesma mensagem de otimismo. E quando as urnas falaram, expressando a vontade da maioria do eleitor brasileiro, a nós, homens da ARENA cabe tão

somente uma reflexão, a de, em primeiro lugar, respeitando a vontade popular disse isto numa entrevista dois dias depois da eleição, que a nós, políticos paranaenses, cabia rezarmos para que os vitoriosos — e eu me incluo entre esses, porque, pela vontade popular fomos reeleitos — tivessem bem senso, e cientes da grande responsabilidade que o povo do Paraná e do Brasil está exigindo de todos, que nosso comportamento nos fizesse credores da confiança do povo, para o fortalecimento de nossas instituições. Só lamentamos, Deputado Borsari Netto, que tenha sido V. Exa., que tenha sido o nobre Presidente João Mansur, os sacrificados em favor do que se convencionou chamar fortalecimento de regime democrático.

O Governo da República deve estar tranquilo porque deu ao povo brasileiro total independência, total liberdade de escolha. Deu aos homens do MDB e da ARENA, total liberdade para divulgarem suas mensagens. O MDB foi mais feliz na eleição majoritária; a ARENA foi mais feliz na eleição proporcional, contamos ainda com a maioria dos Representantes nesta Casa.

E, ao lamentar que os nomes de Vs. Exas. tenham sido os sacrificados em nome do fortalecimento da Democracia no Brasil, quero cumprimentar Vs. Exas. e reafirmar que a ausência de Vs. Exas. nesta Casa, vai ser muito sentida, porque Vs. Exas. além de grandes companheiros, eram batalhadores incansáveis na defesa das justas aspirações do povo. Deixarão, portanto, uma lacuna aberta também nas Comissões Técnicas, nesta Tribuna, nos diálogos, com que sempre nos ajudaram a encontrar solução para os problemas aqui aventados.

E, ao cumprimentar V. Exa., Deputado Borsari Netto, desejo dizer que aqui estaremos para usar os ensinamentos que tivemos com V. Exa. E, se o futuro, formos chamados para acompanhar V. Exa. e o nobre Deputado João Mansur, para qualquer pregação eleitoral dentro de nosso Partido, estaremos prontos para acompanhá-los, porque continuamos vendo, em Vs. Exas. verdadeiros líderes de nosso Partido.

As causas da derrota eleitoral não convém explicar, não convém analisar, tão tantas e tão diferentes. Outro dia um engraxate me disse uma frase de filosofia profunda, engraxando meu sapato, sábado. Dizia ele: Deputado, antes das eleições, nós, pobrezinhos, não dormíamos, com medo da fome no dia da manhã, hoje, talvez os ricos não durmam com medo do pobre depois o resultado da eleição.

Isso me fez pensar muito, demonstrando que mais do que nunca o diálogo entre os homens da ARENA e do MDB deve ser estabelecido em nível muito alto, para que possamos preservar o que existe ainda de bom no regime revolucionário, para que haja realmente, o tão falado descompasso político. Ele só virá à medida que a classe política souber auto-promover-se, alçar-se, demonstrando ao povo como também ao Governo central que os estamos preparados para enfrentar a grande responsabilidade que o povo nos outorgou no dia 15 de novembro.

A V. Exa. meus cumprimentos, e por que não dizer, nossas despedidas aqui no Plenário mas haveremos de estar juntos no Governo de Jayme Canet, recorrendo fazer sempre o possível para que a coletividade paranaense tenha o atendimento de suas justas aspirações.

O SR. BORSARI NETTO — ... Deputado Ivo Thomazoni não desconhece V. Exa. a grande estima e admiração que temos em relação a sua pessoa, estima e admiração porque nestes 4 anos e até mesmo antes de termos sido conduzidos a esta Casa de Leis pudemos privar do companheirismo e amizade que lhe é peculiar. Agradeço as palavras de V. Exa. na certeza de que muitas delas especialmente as que dizem respeito a minha pessoa, brotaram do coração generoso de V. Exa., mas também aproveite para cumprimentá-lo e verificar que o Líder desse ilustre Governador Emílio Gomes nesta Casa também pensa aquilo que falamos no nosso pronunciamento, e que entendemos vislumbrar num político que quer continuar com essa tarefa de desenvolvimento de nosso Estado e País, apenas a oportunidade do diálogo. E é isso que também creio, acredito porque conheço os homens da Oposição que retornarão a esta Casa. Muito obrigado a V. Exa. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em a presença de 32 Srs. Deputados.

Antes da votação, convindo os Srs. Deputados para comparecerem, logo após o encerramento desta Sessão ao Salão Nobre desta Casa quando será procedido o descerramento do retrato do ex-Presidente Wilson Fortes, na Galeria de honra do Salão Nobre desta Casa.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva lido por S. Exa. da Tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conferindo análise distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/74 de autoria do Dep. Gabriel Mancel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, na Pá Carregadeira pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/74, de autoria da Comissão Executiva, que eleva os subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.a legislatura na forma que especifica. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.F. — **EMENDA SUBSTITUTIVA.** — **Aprovado pela Comissão Substitutiva.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que denomina Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira, no Município de Rolândia. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/74, de autoria do Dep. Santos Lima, que declara de Utilidade Pública o Montepio da Justiça do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 179/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Montepio da Justiça do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1974.

(a) Santos Lima

JUSTIFICAÇÃO:

O Montepio da Justiça do Brasil, é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a assistência de modo geral aos seus associados.

Preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos Ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/74, de autoria do Dep. João Mansur que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), como auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 185/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial na importância de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a concessão de auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, órgão oficial da classe, destinado ao custeio das despesas com o funcionamento e manutenção da sua Colônia de Férias do Balneário de Caioabá.

Art. 2.º — O Poder Executivo, a partir de 1975, consignará anualmente, na Proposta Orçamentária, uma verba igual à autorizada no Artigo anterior, destinada ao mesmo fim, com acréscimos também anuais de trinta por cento, para atualização permanente do seu valor.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1974.

(2) João Mansur

JUSTIFICAÇÃO:

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, órgão oficial de representação da classe, conforme está expresso no Artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), constitui no Balneário de Caioabá, exclusivamente com os recursos de sua mensalidade social num prazo recorde de trinta meses aproximadamente, uma magnífica Colônia de Férias, dotada de todos os requisitos de conforto possíveis.

No entanto, apesar do imenso esforço e dos enormes sacrifícios dispendidos pela entidade, com o objetivo de proporcionar aos seus sócios, os abnegados servidores públicos do Paraná, férias que lhes permitam, junto com os seus familiares, refazer as energias para continuar no trabalho incansável em favor do Estado e do País a verdade é que tal objetivo será fraudado, em relação à maioria, se o Estado, como lhe cabe por obrigação constitucional, não vier em seu socorro, concedendo auxílio financeiro à mantenedora da Colônia a fim de reduzir os custos operacionais da mesma e assim tornar possível a fixação de preços reduzidos de permanência e alimentação.

Tais os motivos que inspiraram o presente Projeto de Lei, o qual, segundo esperamos, merecerá a aprovação da Casa e a sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 134-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando que a primeira hora da Sessão da próxima quarta-feira, dia 4 do corrente seja dedicada ao Dia da Justiça. — **Aprovado.** Solicito aos Srs. Líderes das Bancadas da ARENA e MDB que indiquem os Deputados que deverão falar em homenagem a esse dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado Ofício ao Sr. Prefeito Municipal e cópia à egrégia Câmara Municipal, manifestando a urgência com que esta Casa exige providências para a prevenção de incêndios em Curitiba e a melhor equipagem do Corpo de Bombeiros, através de recursos municipais. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã dia 3, terça-feira, às 15.00 horas, comemorativa ao centenário de nascimento do historiador paranaense Romário Martins.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária, para o dia 4, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 130/74.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 83/72, 132/74, 163/74 e 135/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 35/74, 87/74 e 134/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 217ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 3 de Dezembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur e secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Netto — Domício Scaramella — Emílio Carazzini — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Fuad Naciri — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldari — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Frust — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Quêlso Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — João Fadel

— Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscroem, no uso de suas atribuições regimentais requerem um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Teodoro Nilton Dietrich, Prefeito Municipal de Imbituva.

Outrossim, solicitam seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

(aa) João Mansur

Borsari Neto

David Federmann

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Passe-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 213/74. Veto PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n.º 289/73, de autoria da Comissão Especial para Criação do FEPPA, que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA) e dá outras providências. Sem relatório da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto parcialmente, mantido o Veto parcialmente.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que cria a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, subordinada ao Departamento Legislativo e dá outras providências. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação a Emenda. — Aprovada. Em votação o Projeto. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/74 de autoria da Comissão Executiva, que eleva os subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.ª Legislatura, na forma que especifica. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/74, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), como auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Sem parecer EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a leitura da Emenda à Constituição Estadual que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda)

EMENDA:

EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

I — O art. 41 e seus parágrafos, da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 — O Tribunal de Contas, com sede na Capital do Estado, tem jurisdição em todo o território estadual.

§ 1.º — O Tribunal de Contas exerce, no que couber, as atribuições previstas pelo art. 115 da Constituição Federal e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 2.º — A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo, no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º — Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembleia Legislativa dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos financeiros ou de administração pública e terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

§ 4.º — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3.º, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos conselheiros.

§ 5.º — A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas é constituída por Procuradores com as mesmas garantias, prerrogativas dos Auditores e sendo nomeados pelo Governador dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, maiores de trinta anos,

de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros e de administração pública.

§ 6.º — O Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas será nomeado, em comissão, pelo Governador, atendidos os requisitos do parágrafo anterior.

§ 7.º — No exercício das suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária o Tribunal de Contas representará ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 8.º — O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação da Procuradoria ou das auditorias financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, exceto em relação a contrato;

c) solicitar à Assembleia Legislativa em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 9.º — A Assembleia Legislativa deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea "c" do parágrafo anterior no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo será considerada insubsistente a impugnação.

§ 10 — O Governador poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea "b" do § 9.º, "ad referendum" da Assembleia Legislativa.

§ 11 — O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, não dependendo da sua decisão as melhorias posteriores.

§ 12 — Ressalvado o disposto nos incisos I e II do artigo 74 os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, não poderão ser aposentados antes de cinco (5) anos de permanência no referido Tribunal.

IV — O artigo 79 e seu parágrafo primeiro passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79 — O funcionário público investido em mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do exercício do cargo.

§ 1.º — O período de exercício de mandato federal ou estadual será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais".

V — O artigo 147 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147 — Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido, em caráter permanente, terá jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos a um subsídio mensal e vitalício igual aos vencimentos do cargo de Desembargador".

VI — O artigo 149 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149 — A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos termos desta Constituição".

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

aa) Luiz Roberto Soares

Ivo Thomazoni

Fabiano Braga Côrtes

Gabriel Manoel

Lázaro Dumont

Aguinaldo Pereira Lima

Borsari Neto

Paulo Poli

Nelson Buffara

Jorge Sato

Ivo Rocha

Marciano Baraniuk

Xenofonte Villanueva

Igo Losso

Wilson Brandão

Erondy Silvério

Sebastião Rodrigues Júnior

Quilse Crisóstomo

Gilberto Carvalho

Rosário Pitelli

David Federmann

Muggiati Filho

Domício Scaramella

Iris Caldart

Fuad Nacfi

O SR. PRESIDENTE — Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur, Borsari Neto e David Federmann, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Teodoro Nilton Dietrich, Prefeito Municipal de Imbituva. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nrs. 39/74 e 40/74.

Levanta-se a Sessão.